

ESCOLA SUPERIOR DE ARTES DECORATIVAS PROVEDOR DO ESTUDANTE REGULAMENTO

ARTIGO 1º Estatuto

1. O Provedor do Estudante é um órgão da Escola Superior de Artes Decorativas que desenvolve a sua acção em articulação com a Direcção da ESAD e os restantes órgãos e serviços, dispondo da faculdade de uma relação directa com a Direcção da Fundação.
2. O Provedor do Estudante, qualquer que seja a natureza do seu vínculo à Instituição, é eleito para o cargo pelos estudantes por sufrágio universal, directo e secreto, no início do ano lectivo, de entre os professores da ESAD ou individualidades de reconhecido mérito.
3. O Provedor da Estudante é eleito por um mandato de 1 ano lectivo, renovável.

ARTIGO 2º Competências

1. Compete ao Provedor do Estudante procurar, com isenção e autonomia plena, interpretar o interesse e sentimento geral do Estudante e zelar pela melhoria das condições técnicas e pedagógicas do ensino ministrado na ESAD.
2. Compete em especial ao Provedor do Estudante:
 - a) Apoiar a integração do Estudante na Escola Superior de Artes Decorativas da FRESS;
 - b) Agir como mediador, dirimindo conflitos entre estudantes ou entre estes e os demais órgãos, serviços e funcionários da Instituição;
 - c) Fazer recomendações genéricas aos outros órgãos da Escola, tendo em vista acautelar os interesses dos estudantes;
 - d) Colaborar nas acções que contribuem para a participação dos estudantes nos órgãos estatutários da Escola, nomeadamente facilitando os processos de eleição de representantes;
 - e) Recolher e apreciar as queixas e reclamações dos estudantes quanto à não observância das normas gerais de sã convivência académica e, caso considere que a razão lhes assiste, proferir as recomendações pertinentes aos órgãos competentes para as atender;
 - f) Realizar as diligências indispensáveis ao apuramento dos factos que originaram essa situação;

- g)** Elaborar relatórios e pareceres sobre as sugestões, queixas, reclamações e petições apresentadas pelos estudantes ou sobre outras matérias que entenda oportunas e adequadas resultantes do desempenho das suas funções, apresentando-as ao Director e/ou aos demais órgãos da Escola ou ao Presidente do Conselho Directivo da Entidade Instituidora;
 - h)** Participar activamente na organização do processo eleitoral do seu sucessor, antes do termo do mandato.
- 3.** O Provedor só pode oficialmente conhecer dos conflitos ou das queixas, participações ou reclamações apresentadas pelos estudantes depois de esgotados, nos prazos legais e regulamentares, os meios de os dirimir ou resolver pelos respectivos órgãos da Instituição.
- 4.** O Provedor não tem competência para anular, revogar ou modificar os actos dos órgãos estatutariamente competentes.

ARTIGO 3º **Autonomia**

O Provedor do Estudante é um órgão independente que goza de plena autonomia em relação aos restantes órgãos.

ARTIGO 4º **Confidencialidade**

O Provedor, os seus colaboradores e todos os que estiverem envolvidos em diligências pertinentes a qualquer caso estão sujeitos ao dever de confidencialidade sempre que a natureza do caso o justifique.

ARTIGO 5º **Impedimentos**

O Provedor não pode apreciar ou tomar decisões relativamente a questões nas quais seja parte ou tenha qualquer interesse pessoal.

ARTIGO 6º **Incompatibilidade**

O Provedor não pode fazer parte de nenhum outro órgão da Escola.

ARTIGO 7º

Cessão de Funções

1. As funções do Provedor cessam numa das seguintes situações:
 - a) Termo do mandato;
 - b) Renúncia do titular;
 - c) Manifesta impossibilidade permanente do titular;
 - d) Manifesta incompatibilidade com o exercício do cargo.
2. No caso de vacatura do cargo, cabe ao Director da Escola designar, ouvido o Conselho Pedagógico, um Provedor interino que desempenhará as funções até à eleição de novo Provedor.

ARTIGO 8º

Iniciativa de Queixa, Reclamação ou Petição

1. Os estudantes, devidamente identificados, podem, individual ou colectivamente, apresentar ao Provedor, por escrito, queixas, reclamações e petições por acções ou omissões dos órgãos, serviços ou membros da Escola Superior de Artes Decorativas.
2. O Provedor apreciará as mesmas nos termos do estipulado no presente Regulamento.
3. No âmbito das suas competências, pode o Provedor iniciar oficiosamente um procedimento.

ARTIGO 9º

Requisitos da Queixa

1. A queixa é apresentada por escrito e deve incluir obrigatoriamente os seguintes elementos:
 - a) A identificação do queixoso, designadamente nome, morada, contacto e número de estudante;
 - b) Os factos violadores dos direitos ou interesses legítimos;
 - c) Os autores do acto, quando conhecidos;
 - d) A fundamentação da queixa;
 - e) A assinatura do queixoso.
2. Na falta de algum dos elementos referidos no número 1, deve ser dada ao queixoso a oportunidade de rectificar a queixa.
3. A queixa deve ser apresentada no prazo máximo de 3 meses a contar da data da prática dos factos, ou do seu conhecimento.

ARTIGO 10º

Apreciação Liminar

1. As queixas, reclamações e petições são objecto de uma apreciação prévia por parte do Provedor, sendo liminarmente indeferidas quando:
 - a) Após notificação do queixoso nos termos do número 2 do artigo anterior, o mesmo não tenha procedido à rectificação;
 - b) Tenha sido ultrapassado o prazo previsto no número 3 do artigo anterior;
 - c) Careçam manifestamente de fundamento ou sejam apresentadas com notória má-fé;
 - d) O Provedor já se tenha pronunciado sobre o objecto da queixa.
2. Em qualquer das situações descritas, o Provedor notificará o estudante por escrito da decisão de não promover a averiguação, explicitando a correspondente fundamentação.

ARTIGO 11º

Instrução

1. Admitidas as queixas, reclamações ou petições, o Provedor acolhe os elementos que considere necessários ao apuramento dos factos e solícita, se entender, à entidade reclamada a prestação de esclarecimentos em tempo razoável a fixar por aquele.
2. A entidade ou pessoa contra quem é interposta a queixa deve ter a oportunidade de se pronunciar, por escrito ou oralmente, sobre a matéria da queixa.
3. Quando se justifique, o Provedor pode ainda proceder à audição dos órgãos da Instituição ou dos estudantes.
4. No caso de falta de prestação de esclarecimento ou de recusa de comparência, o Provedor dará disso conhecimento aos órgãos hierarquicamente competentes.

ARTIGO 12º

Pareceres, Recomendações e Sugestões

1. O Provedor tem a faculdade de elaborar relatórios, pareceres, recomendações e sugestões sobre os assuntos que lhe forem apresentados e que considere pertinentes.
2. Estes documentos devem ser dirigidos, por escrito, ao Director e/ou aos restantes órgãos da Instituição e, no caso de terem origem num queixoso, deve-lhe ser enviada cópia.

3. A entidade reclamada deve responder às recomendações do Provedor no prazo máximo de trinta dias a contar da sua recepção, comunicando as medidas adoptadas ou, no caso contrário, explicando as razões do não acatamento.

ARTIGO 13º

Arquivamento

1. Há lugar a arquivamento, quando:
 - a) O Provedor conclua que a queixa, reclamação ou petição não tem fundamento ou que não existem elementos bastantes para prosseguir com o procedimento;
 - b) A ilegalidade ou injustiça invocadas tenham sido, entretanto, reparadas.
2. O Provedor informará do arquivamento, em qualquer dos casos, por escrito e devidamente fundamentado ao autor da queixa, reclamação ou petição.

ARTIGO 14º

Relatório Final

1. O Provedor elabora um relatório anual das suas actividades, contendo, entre outros elementos que considere pertinentes, as queixas, reclamações e petições tratadas, sugestões e recomendações.
2. O relatório deve ser dirigido, por escrito, ao Director e/ou aos restantes órgãos da Escola.

ARTIGO 15º

Apoio Logístico

A ESAD disponibilizará ao Provedor o necessário apoio logístico.

ARTIGO 16º

Processo Eleitoral

O processo eleitoral do Provedor do Estudante tem regulamento próprio, que constitui anexo ao presente Regulamento.

ANEXO I

Regulamento Eleitoral do Provedor do Estudante da ESAD da FRESS

1. Têm capacidade eleitoral activa e passiva os estudantes da ESAD matriculados ou inscritos em cursos de 1º e/ou 2º ciclo de estudos e nas formações que conferem qualificação profissional de nível 4.
2. O processo eleitoral do Provedor do Estudante é organizado pelo Provedor cessante antes de terminado o seu mandato e desencadeado por despacho do Director da ESAD.
3. A título excepcional, as primeiras eleições para o Provedor do Estudante são convocadas por despacho do Director da ESAD no mais curto espaço de tempo após a aprovação do presente Regulamento Eleitoral, a afixar nos locais habituais.
4. A iniciativa de propor uma candidatura ao cargo Provedor do Estudante cabe aos alunos, em número não inferior a 20.
5. A candidatura só pode ser admitida se acompanhada de declaração de aceitação do proposto.
6. As candidaturas devem ser entregues na Secretaria da ESAD até 7 dias antes da realização das eleições.
7. Depois de homologadas pelo Director da ESAD, as candidaturas estarão afixadas nos locais habituais até ao fecho das urnas.
8. A cada candidatura será atribuída uma letra, por ordem de chegada.
9. Os eleitores votarão na Biblioteca da Escola, local onde está situada a única mesa de voto.
10. Não pode votar o estudante cujo nome não esteja registado nos cadernos eleitorais.
11. A mesa de voto funcionará das 10 horas às 19 horas.
12. Após o encerramento da urna, o pessoal administrativo da ESAD que assegurou o funcionamento da mesa de voto, acompanhado do Director, procede à contagem dos votos e à assinatura da respectiva acta.
13. A homologação dos resultados eleitorais compete o Director da ESAD, só podendo ser recusada com fundamento em violação da lei;

14. Os resultados das eleições serão publicitados, por afixação de comunicação do Director nos locais habituais, no prazo de 24 horas a partir do encerramento da urna.
15. A posse do Provedor do Estudante eleito decorre no prazo de 5 dias úteis após o acto eleitoral.
16. Quaisquer reclamações relacionadas com o processo eleitoral devem ser dirigidas por escrito ao Director da ESAD no prazo de 48 horas depois de afixados os resultados.
17. A recondução do Provedor em exercício pode ser proposta, em data útil:
 - a) Pelos alunos, em número não inferior a 30;
 - b) Pelos órgãos da ESAD.

(Apresentado ao Conselho Pedagógico de 12 de Outubro para parecer e aprovado no Conselho Técnico Científico de 15 de Outubro 2010)